

## Contador

### Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.  
Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será eliminado do Concurso.
- 2 Este Caderno contém trinta e quatro questões de Conhecimentos Específicos (quatro discursivas e trinta de múltipla escolha) e dez questões de Legislação (múltipla escolha).
- 3 Verifique se está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 Nas questões discursivas, você será avaliado exclusivamente por aquilo que escrever dentro do espaço apropriado.
- 5 Escreva de modo legível. Dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma resposta correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 8 Utilize, para rascunhos, qualquer espaço em branco deste Caderno e não destaque nenhuma folha.
- 9 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 10 Você dispõe de quatro horas, no máximo, para responder às questões discursivas e às de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 11 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 12 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal este Caderno e a Folha de Respostas.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

01. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), afirma-se:

|     |   |
|-----|---|
| I   | O descumprimento das normas estabelecidas na LRF implica em sanções para o Município, tais como: proibição para receber transferências voluntárias, obter garantias, e outras; exceto contratar operações de créditos.  |
| II  | Com a Lei da Responsabilidade Fiscal foram implementados dois anexos à LDO, o primeiro dos quais foi o Anexo de Metas Fiscais, que terá como um dos itens a ser exposto o demonstrativo da estimativa e a compensação da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e o outro, o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas. |
| III | A LRF define limites e restrições para os gastos públicos, utilizando como referência para os cálculos o montante da Receita Corrente Líquida efetivamente arrecadada.  |
| IV  | No Balanço Orçamentário, deverão ser apresentadas as despesas executadas, segundo a LRF, as despesas efetivamente liquidadas no período e a despesa empenhada, no final do exercício.   |

Das afirmativas:

- A) Apenas I é falsa.    C) I e III são verdadeiras.  
B) I e IV são falsas.     D) Apenas II é verdadeira.

02. Sobre a Lei 4.320/64, afirma-se:

- As receitas e despesas orçamentárias devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo em parcelas discriminadas e não pelo seu valor global, o que facilita o acompanhamento e o controle dos gastos públicos.
- Objetiva essa Lei apresentar todas as receitas e despesas numa só conta, a fim de confrontar os totais e apurar o resultado.

No que tange aos princípios orçamentários, as afirmativas acima se referem, respectivamente, aos princípios:

- A) Unidade e Universalidade.  
B) Especificação e Unidade.  
C) Exclusividade e Especificação.  
D) Universalidade e Especificação.

03. De acordo com os estágios da receita, ao momento do reconhecimento da receita orçamentária, conforme o art. 35 da Lei 4.320/64, dá-se o nome de

- A) lançamento.  
B) previsão.  
C) arrecadação.  
D) recolhimento.

04. De acordo com a Lei 4.320/64, considera(m)-se como receita orçamentária de capital a(s)

- A) transferências Correntes.  
B) receita Tributária.  
C) receita patrimonial.  
D) amortização de dívidas.

05. De acordo com o regime contábil adotado no Brasil para o Setor Público, conforme estabelece a Lei 4.320/64, as receitas e despesas pertencentes ao exercício financeiro devem ser

- A) as receitas previstas e as despesas empenhadas.
- B) as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- C) as receitas arrecadadas e as despesas fixadas.
- D) as receitas previstas e as despesas fixadas.

06. Analise os orçamentos abaixo, relativos a duas Unidades Orçamentárias A e B:

| ORÇAMENTO-PROGRAMA<br>(Unidade Orçamentária A) |                   |                     | ORÇAMENTO-PROGRAMA<br>(Unidade Orçamentária B)<br>Obs: Programa já finalizado |                   |                   |                  |
|--|-------------------|---------------------|---|-------------------|-------------------|------------------|
| Rubricas                                       | Dotação           | Créditos Adicionais | Rubricas  | Dotação           | Execução          | Saldo            |
| 33.90.30                                       | 10.000,00         | -                   | 33.90.14  | 5.000,00          | 5.000,00          | 0,00             |
| 33.90.35                                       | -                 | 13.000,00           | 33.90.30  | 18.000,00         | 10.000,00         | 8.000,00         |
| 33.90.39                                       | 50.000,00         | -                   | 33.90.39  | 25.000,00         | 20.000,00         | 5.000,00         |
| 44.90.51                                       | 100.000,00        | -                   | 44.90.52  | 150.000,00        | 150.000,00        | 0,00             |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>160.000,00</b> | <b>13.000,00</b>    | <b>TOTAL</b>  | <b>198.000,00</b> | <b>185.000,00</b> | <b>13.000,00</b> |

Se o programa "A" receber um crédito adicional através de recursos do programa "B", que se encontra com sua execução concluída, os mecanismos de alteração e retificação, provenientes do crédito adicional, seriam, **respectivamente**,

- A) créditos especiais e transferência.
- B) créditos suplementares e transferência.
- C) créditos extraordinários e remanejamento.
- D) créditos especiais e transposição.

07. O Orçamento Anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais, sendo estes classificados, conforme o art. 41 da Lei nº 4.320/64, em suplementares, especiais e extraordinários. Os créditos que se incorporam ao Orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que devam reforçar, referem-se aos

- A) especiais
- B) suplementares
- C) extraordinários
- D) especiais e suplementares

08. Para que haja abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais), conforme disposto no § 1º do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, são necessários recursos disponíveis através de: superavit financeiro, excesso de arrecadação, resultantes de anulação parcial ou total de dotação orçamentária e produto de operações de crédito autorizadas. A anulação de dotação orçamentária se refere a:

- A) saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.
- B) diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
- C) redução de dotações orçamentárias vinculadas a determinado crédito orçamentário para ser utilizada numa outra dotação insuficiente ou inexistente.
- D) empréstimos tomados pelo setor governamental, compreendendo compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou a financiamentos de obras e serviços públicos, constituindo-se em dívida fundada.

09. A Prefeitura da Cidade de Japaraguá, ao final de um exercício financeiro, apresentou em seu Balanço Orçamentário um déficit orçamentário de R\$ 5.000 e um superavit de capital de R\$ 25.000, sabendo-se que as receitas correntes previstas e arrecadadas totalizaram, respectivamente, R\$ 150.000 e R\$ 175.000, e que as receitas de capital previstas e arrecadadas totalizaram, respectivamente, R\$ 45.000 e R\$ 100.000. Os valores totais das despesas correntes e de capital realizadas nesta ordem são, **respectivamente**,
- A) R\$ 205.000 e R\$ 75.000                      C) R\$ 75.000 e R\$ 205.000  
B) R\$ 155.000 e R\$ 125.000                      D) R\$ 125.000 e R\$ 155.000

10. Sobre a Contabilidade Pública, afirma-se:

|     |  |
|-----|--|
| I   | Dentro das atividades desenvolvidas pelo Estado, no que se refere ao atendimento das necessidades públicas, este atende a quatro campos: Orçamento, Tesouraria, Crédito Público e Contabilidade. Os créditos públicos dizem respeito à forma pelo qual o Estado financia o déficit, ocorrendo então o ingresso de empréstimos através de operações de créditos (curto prazo).  |
| II  | O regime contábil adotado no Brasil, de acordo com a Lei n.º 4.320/64, é o misto, sendo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para as receitas.   |
| III | A Contabilidade Governamental se diferencia da Contabilidade Empresarial em alguns aspectos, dentre os quais se pode citar: quanto aos procedimentos de execução (Lei e Regulamentos), quanto à obrigatoriedade de escrituração da gestão orçamentária e quanto aos sistemas contábeis (orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação).  |
| IV  | Dentre os principais usuários das informações contábeis do Setor Público, segundo o GASB ( <i>Governmental Accounting Standards Boards</i> ), são reconhecidos três: o cidadão, os membros do Legislativo (nas três esferas públicas) e os investidores/credores. Os membros do Legislativo têm por objetivo monitorar o resultado para assegurar a “regra de ouro”, ou seja, a regra que proíbe operações de crédito (empréstimos) para cobrir despesas de capital. |
| V   | Dentre as características da Contabilidade Governamental, pode-se citar: o controle da arrecadação das receitas e das aplicações dos recursos arrecadados, mediante orçamento; o principal instrumento de avaliação da gestão passa a ser a execução orçamentária; e o patrimônio líquido da entidade tem como origem apenas os recursos arrecadados menos os recursos consumidos, representando o resultado global da gestão.                                       |

São corretas as afirmativas

- A) I, III e V.                      C) III, IV e V.  
B) II, III e V.                      D) I, II e III.
11. De acordo com a Lei n.º 4.320/64, as propostas dos instrumentos orçamentários devem conter: Proposta do Plano Plurianual, Proposta das Diretrizes Orçamentárias e Proposta do Orçamento Anual.

Sobre essa situação, afirma-se:

|     |  |
|-----|--|
| I   | O PPA deve indicar os critérios utilizados na projeção de receita, bem como a estimativa dos custos das metas propostas.   |
| II  | A Lei do Orçamento compreende ao Orçamento Fiscal, de Investimento e o de Seguridade Social.   |
| III | A LDO deve conter o diagnóstico global da situação, indicando as carências e potencialidades existentes.   |
| IV  | A Lei das Diretrizes Orçamentárias expõe prioridades propostas para a definição das metas do Plano Plurianual a serem implementadas na Lei Orçamentária Anual subsequente. |
| V   | No Plano Plurianual, deve haver proposta de concessão de vantagens ou aumento de remuneração, criação de cargos, alterações de carreiras e admissão adicional de pessoal.  |

São corretas as afirmativas

- A) II, IV e V.                      B) II, III e V.                      C) III, IV e V.                      D) I, II e IV

12. Com a implementação das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, foram fomentados alguns itens que já eram indicados pela Lei nº.4.320/64. Em relação a esses itens, é correto afirmar:

- A) O sistema de custo para a Administração Pública está previsto no art. 99 da Lei n.º 4.320/64, porém de forma restrita aos Serviços Públicos Industriais. Foi estendida à toda a Administração Pública Federal a necessidade de apuração de custos, de forma a evidenciar os resultados da gestão, sendo indicados como formas apenas o Custeio por Absorção.
- B) As taxas anuais de depreciação a serem aplicadas no Setor Público foram definidas como sendo as mesmas taxas utilizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- C) As reavaliações devem ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data do encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos: anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados; e a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.
- D) Os acréscimos ou os decréscimos do valor do ativo em decorrências, respectivamente, de reavaliação ou redução do valor recuperável (*impairment*) devem ser registrados na conta Avaliação Patrimonial.

13. No final de um determinado exercício, o Órgão Administrativo apurou o Balanço Orçamentário e Financeiro, cuja identificação de algumas contas se encontra abaixo. Considere que a despesa do exercício apresenta a seguinte situação:

- Fixada R\$ 200.000
- Economia orçamentária R\$ 50.000
- Liquidada R\$ 125.000
- Paga R\$ 80.000

Os restos a pagar não processados têm valor de

- A) 75.000.      B) 45.000.      C) 25.000.      D) 120.000.

14. Ao final do exercício, verificou-se que, do orçamento aprovado de R\$ 450.000,00, haviam sido arrecadados R\$ 400.000,00, realizadas despesas de 390.000,00 (empenhadas), sendo R\$ 190.000,00 correntes e R\$ 200.000,00 de capital, e pagas R\$ 312.000,00. Em relação a essa situação, é correto afirmar que

- A) a economia de despesas foi de R\$ 60.000,00.
- B) houve superavit de 15.000,00.
- C) se registrou excesso de arrecadação de R\$ 50.000,00.
- D) os restos a pagar não-processados foram de R\$ 78.000,00.

**Os dados a seguir foram extraídos da Prefeitura de Lindos Campos e devem ser utilizados para responder às questões 15 a 17.**

|                                  |                |
|----------------------------------|----------------|
| RECEITA CORRENTE                 | R\$ 250.000,00 |
| RECEITA DE CAPITAL               | R\$ 50.000,00  |
| DESPESA CORRENTE                 | R\$ 180.000,00 |
| DESPESA DE CAPITAL               | R\$ 100.000,00 |
| CONSTRUÇÃO DE BENS IMÓVEIS       | R\$ 70.000,00  |
| EMPRÉSTIMOS TOMADOS              | R\$ 40.000,00  |
| CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS | R\$ 25.000,00  |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS         | R\$ 12.000,00  |
| INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA        | R\$ 6.500,00   |
| COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA         | R\$ 3.000,00   |
| DOAÇÃO DE BENS PARA TERCEIROS    | R\$ 10.000,00  |
| CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA     | R\$ 2.500,00   |

15. O valor total das variações ativas é de
- A) R\$ 413.000.  
 B) R\$ 347.500.  
 C) R\$ 370.000.  
 D) R\$ 401.500.
16. O valor total das variações passivas independentes da execução orçamentária somou
- A) R\$ 12.500.  
 B) R\$ 31.500.  
 C) R\$ 24.500.  
 D) R\$ 47.000.
17. O resultado patrimonial do exercício totalizou.:
- A) R\$ 95.000 déficit.  
 B) R\$ 95.000 superavit.  
 C) R\$ 54.000 déficit.  
 D) R\$ 54.000 superavit.
18. Sobre a mensuração do ativo e do passivo, afirma-se:

|     |   |
|-----|---|
| I   | Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou no valor realizável líquido, sendo dos dois, o maior.   |
| II  | As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial, sendo tais atualizações contabilizadas em contas de resultado.   |
| III | Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção e deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável. |
| IV  | Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações prefixadas são ajustados pelo <i>fair value</i> .   |
| V   | O imobilizado é reconhecido inicialmente pelo valor de aquisição, produção ou construção, tendo como uma das opções, após o reconhecimento inicial, valorar esse mesmo ativo pelo modelo de reavaliação.  |

São verdadeiras as afirmativas

- A) I, II e III.  
 B) II, IV e V.  
 C) II, III e V.  
 D) II, III e IV.
19. A aquisição de um imóvel (em uso), a título do grupo de uma despesa de capital, deve ser classificada como
- A) mutação ativa.  
 B) investimento.  
 C) material permanente.  
 D) inversão financeira.

20. Determinado Órgão Público apresentou uma despesa empenhada de R\$ 80.000,00, sendo liquidados R\$ 65.000,00, e pagos, apenas R\$ 58.000,00. A contabilização das despesas liquidadas no sistema financeiro é:
- A) Despesas Orçamentárias a liquidar  
a Despesas Liquidadas a pagar - R\$ 65.000,00
  - B) Despesas Orçamentárias  
a Despesas Orçamentárias a liquidar - R\$ 80.000,00
  - C) Despesas Liquidadas a pagar  
a Banco - R\$ 58.000,00
  - D) Despesas liquidadas a pagar  
a Banco - R\$ 65.000,00
21. O procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços é conhecido como
- A) averiguação.
  - B) licitação.
  - C) auditoria.
  - D) orçamentação.
22. A distinção entre dispensa e a inexigibilidade de licitação se dá por
- A) a dispensa ocorrer quando a licitação é possível, enquanto a inexigibilidade ocorre, quando a concorrência não é possível.
  - B) a dispensa ocorrer quando a concorrência é obrigatória, enquanto a inexigibilidade ocorre, quando o valor baixo torna a licitação economicamente inviável.
  - C) a dispensa estar vinculada a uma autorização prévia do ordenador, enquanto a inexigibilidade pode prescindir de autorização prévia do ordenador.
  - D) a dispensa se aplicar a compras de qualquer valor, enquanto a inexigibilidade somente se aplica a compras de valores predeterminados.
23. Ao ato pelo qual a Administração Pública atribui ao licitante vencedor o objeto da licitação, dá-se o nome de
- A) certificação.
  - B) homologação.
  - C) adjudicação.
  - D) empenho.
24. Em relação a distinção entre convênios e contratos, é correto afirmar que
- A) um convênio somente pode ser celebrado pela União; os contratos, por qualquer órgão público.
  - B) os interesses das partes são convergentes no convênio; no contrato, são opostos.
  - C) a prestação de contas só é obrigatória nos contratos.
  - D) o contrato se aplica à compra de bens; o convênio se aplica à contratação de serviços.

- 25.** A classificação da despesa pública, segundo a sua natureza, compõe-se de
- A)** programação da despesa, emissão de empenho e provisão ou pagamento.
  - B)** empenho, liquidação e pagamento.
  - C)** elemento de despesa, classificação funcional e programação.
  - D)** categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
- 26.** A Demonstração das Variações Patrimoniais
- A)** evidencia apenas as variações quantitativas ocorridas no patrimônio, resultantes da execução orçamentária.
  - B)** evidencia apenas as variações qualitativas ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária.
  - C)** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária.
  - D)** evidencia apenas as variações quantitativas ocorridas no patrimônio, independentes da execução orçamentária.
- 27.** Para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, devem ser identificados os seguintes fluxos:
- A)** das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
  - B)** orçamentários e extra-orçamentários.
  - C)** correntes e de capital.
  - D)** dos fornecedores, dos convênios e dos contratos.
- 28.** Os juros e encargos da dívida são desembolsos que figuram na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no fluxo de caixa
- A)** das atividades orçamentárias.
  - B)** das atividades das operações.
  - C)** das atividades correntes.
  - D)** das atividades de fornecedores.
- 29.** Para facilitar a compreensão das Demonstrações Contábeis e sua comparação com as de outras entidades, as Notas Explicativas normalmente são apresentadas na ordem seguinte:
- A)** declaração de alinhamento com as NBCASP, sumário de significantes critérios contábeis utilizados e informação adicional sobre os itens constantes das demonstrações contábeis segundo a ordem de cada demonstrativo e linha do item referenciado.
  - B)** sumário de significantes critérios contábeis utilizados, declaração de alinhamento com as NBCASP e informação adicional sobre os itens constantes das demonstrações contábeis, segundo a ordem de cada demonstrativo e linha do item referenciado.
  - C)** informação adicional sobre os itens constantes das demonstrações contábeis, segundo a ordem de cada demonstrativo e linha do item referenciado, sumário de significantes critérios contábeis utilizados e declaração de alinhamento com as NBCASP.
  - D)** informação adicional sobre os itens constantes das demonstrações contábeis, segundo a ordem de cada demonstrativo e linha do item referenciado, declaração de alinhamento com as NBCASP e sumário de significantes critérios contábeis utilizados.



- 30.** A análise das demonstrações contábeis engloba o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Econômico e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Com relação à Demonstração do Resultado Econômico, a análise da consistência tem como um dos objetivos
- A)** consolidar os resultados econômicos compartilhados pelas unidades executoras.
  - B)** levantar o resultado econômico obtido em cada fluxo de operações correlatas.
  - C)** identificar o fechamento das variações patrimoniais e econômicas ocorridas no período.
  - D)** verificar se as informações evidenciadas têm suporte em um sistema de custos confiável.

31. De acordo com a Lei nº 8112/90, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo não aprovado no estágio probatório será
- A) demitido.
  - B) exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anterior ocupado.
  - C) removido para outra Unidade ou Departamento.
  - D) penalizado com advertência.
32. Em conformidade com a Lei nº 8112/90, servidor nomeado em caráter efetivo que não entra em exercício no prazo de 15 dias, contados da data
- A) do ato de nomeação, será submetido a processo administrativo disciplinar, configurado o abandono de cargo.
  - B) da posse, será demitido do cargo.
  - C) da posse, deverá ser exonerado do cargo.
  - D) da publicação do ato de provimento, será exonerado do cargo.
33. À luz da Lei nº 8112/90, após cada quinquênio de efetivo exercício, a Administração
- A) poderá conceder ao servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo licença sem a respectiva remuneração, pelo período de três meses, a título de prêmio por assiduidade.
  - B) deverá conceder ao servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo licença sem a respectiva remuneração, por até seis meses, para participar de curso de capacitação profissional.
  - C) poderá conceder ao servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo licença com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.
  - D) deverá conceder ao servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo licença, com a respectiva remuneração, pelo período de até três meses, a título de prêmio por assiduidade.
34. Paulo, servidor público regido pela Lei nº 8.112/90, sofreu penalidade disciplinar de trinta dias de suspensão. Por motivo de saúde, permaneceu afastado do trabalho durante o período de 24 meses. Caso não venha a praticar novas infrações, o servidor deverá solicitar o cancelamento do registro dessa penalidade
- A) após dois anos de efetivo exercício, com efeitos retroativos.
  - B) após dois anos de efetivo exercício, não surtindo efeitos retroativos.
  - C) após cinco anos de efetivo exercício, com efeitos retroativos.
  - D) após cinco anos de efetivo exercício, não surtindo efeitos retroativos.
35. Ana, servidora pública federal, registrou como seus dependentes econômicos, para fins de pensão por morte, seus pais, um irmão inválido menor de 21 anos de idade, além do esposo e de uma filha com a idade de dois anos. Cinco anos após a inclusão desses dependentes, Ana veio a falecer. Com fundamento na Lei nº 8112/90, serão beneficiários de pensão
- A) o esposo e a filha.
  - B) o esposo, os pais, o irmão inválido e a filha.
  - C) o esposo, os pais e a filha
  - D) o esposo, o irmão inválido e a filha.

36. Os prazos previstos na Lei nº 8.112/90 serão contados
- A) em dias úteis, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
  - B) em dias corridos, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
  - C) em dias corridos, incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
  - D) em dias úteis, incluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
37. Hilda, servidora pública federal admitida em 20 de março de 2010, faltou dois dias ao serviço sem justificar o motivo. Com base na Lei nº 8.112/90, ela
- A) não perderá a remuneração, e as ausências serão registradas apenas no setor de trabalho.
  - B) não poderá perder sua remuneração visto que essas faltas não se configuram inassiduidade habitual.
  - C) perderá a remuneração equivalente ao dobro dos dias em que faltou.
  - D) perderá a remuneração dos dois dias em que faltou.

38. Em relação à indenização, leia o quadro abaixo

|     |                            |
|-----|----------------------------|
| I   | Adicional de insalubridade |
| II  | Adicional noturno.         |
| III | Diárias.                   |
| IV  | Ajuda de custo.            |

No âmbito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), constituem indenizações ao servidor os itens

- A) I e II.
  - B) I, II e III.
  - C) III e IV.
  - D) II, III e IV.
39. O servidor que acumule licitamente os cargos efetivos de professor e médico, se investido em um cargo de provimento em comissão,
- A) deverá exercer ambos os cargos efetivos, sem afastamento, mesmo na incompatibilidade de horário e local com o exercício de um deles.
  - B) ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese de compatibilidade de horário e de local com o exercício de um deles, declarada essa compatibilidade pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.
  - C) deverá optar entre os cargos efetivos, solicitando a exoneração de um dos cargos.
  - D) será imediatamente submetido a processo administrativo disciplinar, por ser considerada ilícita a acumulação de três cargos, situação esta passível de suspensão.
40. Servidor titular de cargo efetivo, três anos depois de retornar de uma licença para tratar de assuntos particulares, requer o afastamento para participar de programa de doutorado no País. De acordo com a Lei nº 8112/90,
- A) o afastamento poderá ser concedido desde que a participação não ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
  - B) o afastamento não será concedido, pois o servidor usufruiu de licença para tratar de assuntos particulares.
  - C) o afastamento poderá ser concedido de forma parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias.
  - D) o afastamento não será concedido, pois o servidor ainda não cumpriu o período de estágio probatório.